



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Educação - FAE

Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar

**PRINCÍPIOS NORTEADORES DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E O
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.**

Dulcinéia de Carvalho Dornelas Pereira

Belo Horizonte

2013

**PRINCÍPIOS NORTEADORES DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E O
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.**

Belo Horizonte

2013

Dulcinéia de Carvalho Dornelas Pereira

**PRINCÍPIOS NORTEADORES DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E O
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão de curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Dr^a. Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Belo Horizonte, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dulcinéia de Carvalho Dornelas Pereira

PRINCÍPIOS NORTEADORES DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.

Trabalho de conclusão de curso TCC apresentado em _____ de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para obtenção do título Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome Completo do Professor (a) – Avaliador

Prof. Nome Completo do Professor (a) – Orientador

Prof. Nome Completo – Cursista

Agradecimentos

A Deus...

Ao meu marido Sebastião, pelo amor, carinho, apoio e compreensão durante todo o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus filhos, Fabiano e Rodolfo pelo carinho, apoio e palavras de incentivo durante toda caminhada.

A Universidade Federal de Minas Gerais pela oportunidade, que já me abriu portas.

Em especial a Professora Jussara Paschoalino, pela orientação, confiança e estímulo na realização desta pesquisa.

A todos os professores, coordenadores, amigos e colegas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do vôo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o vôo.

Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em vôo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O vôo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.

Rubem Alves(2007)

RESUMO

Aplicando-se os conhecimentos adquiridos no curso Escola de Especialização da Universidade Federal de Minas Gerais, o presente trabalho tem por finalidade analisar crítica o histórico da construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), a sua relevância para a vida escolar. Assim a importância da elaboração participativa e tecer considerações a respeito do processo de construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Miguel Afonso, num processo de gestão democrática ficaram evidenciados. A cada etapa compreendida foram delineados na elaboração de um Projeto Político Pedagógico, atingindo-se com sua construção e conseqüentemente a identidade própria da instituição.

Palavras-Chave: Projeto Político Pedagógico, Escola Municipal Miguel Afonso, Gestão Democrática

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: HISTÓRICO.....	10
1.1 Contextualização da implantação do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Miguel Afonso e a Gestão Democrática	13
2 CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
REFERÊNCIAS	15
ANEXO – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MIGUEL AFONSO.....	16

1 – INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 trouxe maior autonomia e responsabilidade às escolas. Entretanto, na realidade das escolas ainda constatamos dificuldades no exercício democrático previsto na determinada lei.

Com esse entendimento, este trabalho analisa os conceitos básicos do Projeto Político Pedagógico (PPP), a fundamentação teórica e legal, suas etapas de elaboração e o processo de implementação em uma escola pública. Posteriormente, faz uma descrição e paralelamente, faz a análise do processo construção do Projeto Político Pedagógico de uma escola. O PPP da escola em estudo recebeu o nome fictício de A Escola Municipal Escola Municipal Miguel Afonso, uma instituição de ensino da rede municipal de educação, situada na região de Cajuru no município de São João del-Rei – MG.

Importante destacar o contexto e a histórica da escola marcada pelo desejo coletivo da comunidade. A construção da escola surgiu e depois de muita espera, e possibilitou que o projeto torna realidade. Escola foi inaugurada no dia 01 de março de 2004, sob a direção municipal do Sr. Nivaldo José de Andrade e a frente da Secretaria Municipal de Educação o Sr. Delço José de Oliveira. (PPP da Escola Municipal Miguel Afonso, 2005).

Denominou-se Escola Municipal Miguel Afonso, em homenagem a um padre local, o qual dedicou sua vida em função da comunidade, o referido nome foi sugestão da própria comunidade, acelerando aquilo que já era intenção da Secretaria Municipal de Educação. Já existia no local um prédio começado pelo Padre Raimundo Dilermano Afonso. (PPP E. M. M. A., 2005).

A conquista alcançada pelo bairro através da ação comunitária ao conseguir a efetiva escola pública na região demonstrou a importância da participação

efetiva da comunidade nos processos decisórios da cidade e da garantia de direitos previstos na legislação vigente.

Neste contexto, a análise da situação nos permite refletir sobre a participação que gera a oferta de políticas direcionadas ao grupo politicamente ativo. Em contrapartida:

[...] a alienação política, por sua vez, emudece as demandas dos alienados que, em grande parte, são os que mais precisam de políticas públicas específicas. O estímulo a uma cultura cívica participativa se apresenta como alternativa para a quebra do círculo vicioso gerado pela alienação política, pobreza e analfabetismo. Assim, diferentemente da alienação política refletida pelo autor supracitado a escola traz consigo a marca da participação popular e em seu PPP reflete a intenção de deixar claro esta característica quando registra: (FRANCISCO, 2006, p.7).

Nesse sentido, a proposta para a Escola Municipal Miguel Afonso - EMMA se voltava para ampliação das conquistas da comunidade, de forma que o trabalho pedagógico nela desenvolvido viesse atender às diferenças individuais, às diferentes idades de formação e condições de cada um, na perspectiva da Educação Inclusiva até os dias atuais.

A organização da escola tratava-se de garantir, através de um Projeto Político Pedagógico, construído coletivamente, que todos, de fato, tivessem direito ao acesso e permanência na escola com uma educação de qualidade. Sendo assim, a análise realizada se por meio deste trabalho de conclusão de curso refletiu sobre o processo de elaboração do PPP da referida escola a partir dos princípios norteadores da gestão democrática estabelecidos nos documentos legais. As reflexões trouxeram o olhar de uma gestão democrática e o ao longo do PPP.

1– PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Na década de 90, a educação brasileira passou por grandes mudanças, avançou muito em relação ao respeito aos direitos humanos, principalmente depois da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB (1996) A referida lei foi promulgada e traça as determinações legais para todo o sistema educacional brasileiro. Esta trouxe ampliação da autonomia pedagógica e administrativa dos estabelecimentos de ensino. A partir do princípio democrático reforça o trabalho coletivo e a maior participação da comunidade na gestão da escola.

Uma das efetivas conquistas que as forças progressistas conseguiram registrar na Constituição de 1988 e referendar na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 foi a gestão democrática do ensino público como um dos princípios em que deve se assentar a Educação Nacional (AZEVEDO, 2002, p. 168)

A gestão democrática no ensino público pressupõe a ampliação da autonomia da escola visando à criação de novas relações sociais, atendendo ao desejo da comunidade escolar de ampliar a participação nas decisões e conquistas. Ela é, pois um princípio básico da educação, e sua prática deve permear todas as relações e ações do fazer escolar. Um modelo de gestão democrática considera as especificidades próprias de cada escola.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB nº 9394/96, os estabelecimentos de ensino devem elaborar executar sua proposta pedagógica e proporcionar um processo de interação entre a escola e a comunidade. A direção, coordenação, professores e comunidade em geral, devem participar ativamente do processo de construção da proposta pedagógica da escola. Dessa demanda surgiram então, vários documentos específicos para facilitar a administração escolar e o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um deles e, talvez, o mais relevante.

O Projeto Político Pedagógico inicialmente é um documento que norteia o trabalho pedagógico das instituições de ensino direcionando o trabalho educacional, a filosofia seguida pela escola. Segundo Gadotti (1995), o PPP tem que ser único e direcionado a cada unidade de ensino.

Frequentemente se confunde projeto com **plano**. Certamente o plano diretor da escola - como conjunto de objetivos, metas e procedimentos - faz parte do seu projeto, mas não é todo o seu projeto. Isso não significa que objetivos, metas e procedimentos não sejam necessários. Mas eles são insuficientes, pois, em geral, o plano fica no campo do instituído, ou melhor, no cumprimento mais eficaz do instituído. Um projeto necessita rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa, tornar-se instituinte. Um projeto político-pedagógico não nega o instituído da escola, que é a sua história, os seus currículo, o conjunto de seus atores internos e externos e o seu modo de vida (GADOTTI, 1995, p.576).

Ao se analisar a seguir o significado etimológico da expressão Projeto Político Pedagógico, tem que:

No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu* = lançado. É particípio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para frente. É um plano, intento, designio. Empreendimento. Plano geral de edificação.

Analisando com mais minúcia a etimologia do termo Projeto Político Pedagógico, será mais fácil familiarizar-se com o que ele diz em suas entrelinhas:

PROJETO = vem do latim *PROJICERE* que significa lançar para frente;

POLÍTICA = refere-se à ciência ou arte de governar; orientação administrativa de um governo; princípios diretores da ação; conjunto dos princípios e dos objetivos que servem de guia a tomadas de decisão e que fornecem a base da planificação de atividades em determinado domínio; modo de se haver em qualquer assunto particular para se obter o que se deseja; estratégia; tática; (Do grego *politiké*, «a arte de governar a cidade»).

PEDAGÓGICO = relativo ou conforme à pedagogia; que é teoria da arte, filosofia ou ciência da educação, com vista à definição dos seus fins e dos meios capazes de os realizar (PORTAL EDUCAÇÃO, s/d).

Portanto, o PPP elaborado coletivamente com toda a comunidade escolar lançará a escola a frente e dará a orientação necessária a um fazer pedagógico de sucesso, definindo claramente os fins e os meios necessários à qualidade na educação.

Após as considerações acima e de acordo com as determinações legais, as redes de ensino deveriam passar a se reunir para discutir o processo de construção do Projeto Político Pedagógico seguindo as orientações do

Ministério da Educação, as deliberações da Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB que deliberaram ainda, a gestão democrática e participativa na execução deste. Neste sentido toda a comunidade escolar tem a responsabilidade de participação na elaboração e verificação de sua efetiva aplicação.

No entanto percebe-se que não se deu desta forma e, então, procuraremos discutir aqui os possíveis problemas que podem provocar a falta de interesse em efetivar o processo democrático de construção do PPP nas escolas.

Segundo Gadotti (1995), existem empecilhos estruturais ao processo democrático de construção do PPP, visto que existem:

(...) **limitações** e **obstáculos** à instauração de um processo democrático como parte do projeto político-pedagógico da escola. Entre eles, podemos citar: a) a nossa pouca experiência democrática; b) a mentalidade que atribui aos técnicos e apenas a eles a capacidade de governar e que o povo incapaz de exercer o governo; c) a própria estrutura de nosso sistema educacional que é vertical; d) o autoritarismo que impregnou nosso *ethos* educacional; e) o tipo de liderança que tradicionalmente domina nossa atividade política no campo educacional. (GADOTTI, 1995, p. 581).

O Projeto Político Pedagógico proporciona uma visão da escola de forma mais ampla e não somente pela perspectiva pedagógica. Pode ser aplicado também nas decisões estratégicas, na definição de metas, na definição de prioridades proporcionando uma diretriz e uma linha de conduta em todos os aspectos do funcionamento da escola. (PPP E. M. A., 2013).

Cabe aos gestores que pretendem colocar em prática um PPP de qualidade garantir tempo e espaços para que a participação efetiva de todos ocorra, podendo lançar mão de outros eventos como festas, gincanas e promoções que aproximam a comunidade escolar e garante a participação.

De acordo com o artigo publicado por Felipe Jahn, em “A construção que faz a diferença”, na revista Escola Pública, para ser possível uma boa elaboração do PPP devem se seguir alguns passos básicos que estão descritos a seguir:

Passos para se fazer um bom Projeto Político Pedagógico:

Equipe: Formar um time responsável pela sua elaboração e participação dos outros envolvidos.

Diagnóstico: Entender a realidade da comunidade do entorno da escola e procurar conhecer suas expectativas.

Metas: Criar objetivos consistentes, com prazos diferentes, que estão de acordo com os recursos da escola.

Avaliação: Estar sempre examinando o trabalho em processo permite mudanças necessárias e impede a perda de objetividade. (JAHN, 2009, p. 64).

Vale lembrar que, não se tem padrões fixos, e que cada comunidade escolar deve buscar as maneiras que mais se adaptem a sua realidade, de construção e implementação do Projeto Político Pedagógico.

1.1 Contextualização da implantação do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Miguel Afonso

Para atender a necessidade da escola e solicitação da Secretaria Municipal de Educação de São João del Rey, que definiu o ano de 2005 como prazo final para elaboração do PPP para todos os níveis de ensino da escola, a comunidade escolar se juntou para discutir como elaborar o documento.

Este processo se deu nos espaços para discussões pedagógicas dentro do horário de trabalho - duas horas semanais onde as crianças eram liberadas mais cedo e os professores se reuniam juntamente com os representantes da comunidade junto ao colegiado. Para as deliberações finais eram convocadas assembleias escolares, inclusive com planejamento de promoções e eventos culturais para incentivar a participação efetiva.

Seguindo as orientações recebidas da Secretaria Municipal de São João del Rey, as diretrizes da Lei de Diretrizes e Base e o modelo já existente na escola que fora elaborado anteriormente para a educação infantil, foi eleita, em assembleia, uma equipe para coordenar as discussões do processo de

construção do Projeto Político Pedagógico. Ela era composta pela direção, coordenação, um representante dos professores, um representante dos funcionários e representantes do colegiado, que já estava constituído na escola com representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, através de eleições diretas.

Foram escritas as primeiras etapas do Projeto Político Pedagógico (finalidades da escola, estrutura organizacional e currículo). Destacamos que o currículo deve atender as determinações do artigo 26 da LDB 9394/96 que especifica que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 1996).

Durante o processo de construção foram levantadas as características da escola, da comunidade, alunos e professores, através de questionários e entrevistas encaminhados pelos próprios alunos ou pelos representantes do colegiado. E ainda realizaram-se pesquisas de opinião, entrevistas, assembleias e outros mecanismos para se conhecer a realidade e os interesses da escola. Estes momentos foram muito ricos e de intensa participação onde as decisões finais eram votadas em assembleias escolares.

Os resultados foram computados pela equipe de elaboração e se traçou o perfil da comunidade escolar. Após a delimitação deste perfil partiu-se para a determinação do currículo que melhor atendesse à realidade da escola. Prosseguiu-se com várias reuniões onde foram discutidos os conceitos teóricos de um currículo, o currículo oculto, elementos para a sua determinação. Este foi outro momento de grandes debates para se tentar chegar a um consenso.

O currículo é o núcleo central do processo ensino-aprendizagem. Por meio dele diagnosticamos o que somos, o que temos e o que queremos nos tornar. Por isso mesmo, sua definição nunca é tranquila. Nunca temos certeza se o que foi selecionado para ser ensinado é mesmo o que existe de melhor no repertório

cultural a que temos acesso. Todas as vezes que fazemos uma seleção de conteúdo algo fica de fora, muitos conhecimentos são excluídos.

Desse modo, por saber que na elaboração, construção ou reconstrução de um currículo temos que fazer concessões e alianças - estando o currículo sempre envolvido em relações de poder - é possível que um bom caminho para uma organização curricular seja a partir daquilo que já foi construído: ouvindo e incorporando as experiências que vem dando certo e que as professora, com sua criatividade e inventividade, conseguiram implementar, o que é feito na Escola Municipal Miguel Afonso. A gestão democrática no ensino público pressupõe a ampliação da autonomia da escola visando à criação de novas relações sociais, atendendo ao desejo da comunidade escolar de ampliar a participação nas decisões e conquistas. Ela é, pois um princípio básico da educação, e sua prática deve permear todas as relações e ações do fazer pedagógico. (PASCHOALINO, 2009) Um modelo de gestão democrática considera as especificidades próprias de cada escola. Mas o que vemos ou vivenciamos muitas das vezes é autoritarismo.

A presença da totalidade de professores da turma não foi solicitada pela direção da escola, que decidiu preservá-los, já que eles se queixavam do desgaste físico e mental a que eram submetidos na presença dos alunos. No entanto a presença dos professores foi reivindicada com ênfase pelos pais, pois afirmaram ser necessário saber o que realmente acontecia na sala de aula. A alegação do diretor foi que ele tinha total conhecimento da turma e que muitas vezes esteve nessa sala de aula para aplacar conflitos" (PASCHOALINO, 2009, p.73).

A perspectiva apresentada por Paschoalino (2009) trata-se de um paradoxo, pois a ação do diretor que parece inicialmente de proteger e minimizar os trabalhos dos professores teve outros desdobramentos. Assim, o afastamento dos professores nas reuniões e das decisões no âmbito do coletivo fez com que tivesse a perda do sentimento de pertença e de coesão do coletivo. Atualmente os resultados são computados pela equipe de elaboração onde se traça as necessidades da comunidade escolar.

Após a elaboração do currículo partiu-se para a construção das etapas finais do PPP foram discutidos o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho, a avaliação e a equipe continuou o processo de discussões até terminar os registros.

E em assembleia, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Miguel Afonso José foi apresentado à comunidade, votado e aprovado para a posterior apresentação à Secretaria Municipal de Educação de São João del-Rey no ano de 2013.

Oportunamente, através de ações, conscientizamos os pais sobre a importância do envolvimento deles, mostrando a importância da participação em todas as tomadas de decisões da escola. O objetivo da escola hoje é desenvolver uma relação de união com os mesmos, em benefício dos filhos e respectivamente dos alunos para alcançarmos a educação de qualidade, missão da nossa escola que já está pautada no Projeto Político Pedagógico –(PPP da E. E. M. A., 2013).

Após a delimitação destes perfis parte-se para a tomada de decisões colegiada que melhor atende à realidade da escola. Prossegue-se com várias reuniões onde se discute as necessidades que faz necessário. Este momento de grandes debates acontece mensalmente com os membros do colegiado para se tentar chegar a um consenso que melhor atenda as prioridades da escola.

Assim, quando estamos lidando com um ambiente educacional no qual já ocorreram grandes conquistas democráticas e consideráveis avanços pedagógicos, como é o caso da educação do Município de São João del-Rey, é necessário trabalharmos para melhorar aquilo que ainda não está bom e aprimorarmos o que já está dando certo.

2- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos realizados, conclui-se que o Projeto Político Pedagógico não deve ser elaborado somente para atender às exigências da Secretaria de Educação, não pode ser considerado um documento pronto ou um documento meramente burocrático para apresentação e entrega ao órgão regulador competente.

O documento do PPP deve estar em constante transformação, no cotidiano da escola numa gestão democrática. A sua implantação é um diferencial na administração escolar e deve ser aprimorado para que sua adoção proporcione melhorias tanto nos assuntos administrativos quanto educacionais. (PPP E. M. M. A., 2013).

A elaboração do Projeto Político Pedagógico foi um processo onde toda a comunidade escolar, composta de pais, professores, funcionários, participou ativamente das discussões e decisões até a conclusão dos trabalhos. Este processo democrático de participação traça os perfis dos profissionais da escola, da comunidade, dos conteúdos curriculares, das formas de avaliação dos alunos, do processo de gestão e da formação continuada dos professores em uma elaboração coletiva.

A análise realizada permitiu compreender que a escola deve ser protagonista de sua história elaborar e reelaborar seu projeto político pedagógico. Desta forma, as avaliações constantes e os registros adequados de sua realidade, juntamente com o aumento do interesse e participação de toda a comunidade escolar favoreceram a gestão democrática.

Diante de toda a construção coletiva do PPP na Escola Miguel Afonso foi possível vivenciar os percursos democráticos da participação.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. L. de. Implicações da nova lógica de ação do estado para a educação municipal. Revista Educação & Sociedade, n. 80, Campinas: CEDES, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senador Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 29 de junho de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em <http://www.Planalto.gov.br/ccivil/leis/9394>. Acesso em 29 de junho de 2013.

FRANCISCO, Michel Neil Trindade. **Democracia e déficit de participação política no Brasil**. UFRGS. 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/13105>. Acesso em: 04 nov. 2009.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do Projeto Pedagógico. In: **CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS**, 1994, Brasília. Anais. Brasília: Ministério da Educação, 1995. p. 576-581.

JAHN, Felipe. A construção que faz a diferença. **Revista Escola Pública**, n. 11, setembro/outubro 2009. p. 60-64. Disponível em: <http://revistaescolapublica.uol.com.br/textos/11/artigo246327-1.asp>. Acesso em: 29 de junho de 2013.

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **O Professor Desencantado: Matizes do trabalho docente**. Armazém de idéia. 2009.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. Projeto Político Pedagógico: a identidade da escola. Disponível em:

<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/3550/projeto-politico-pedagogico-a-identidade-da-escola>.>. Acesso em: 01 junho. 2013.

ANEXO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL “MIGUEL AFONSO”.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO-CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO
ESCOLAR

ANDREA CRISTINA RIBEIRO

CLEUNICE MARCIA DA SILVEIRA

DULCINÉIA DE CARVALHO DORNELAS PEREIRA

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPP DA ESCOLA ESTADUAL MARIA DE
LOURDES OLIVEIRA

BELO HORIZONTE

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO-CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO
ESCOLAR**

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PPP DA ESCOLA MUNICIPAL MIGUEL
AFONSO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para a conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Andréa de Souza Boy do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

BELO HORIZONTE, 2013

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do vôo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o vôo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em vôo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O vôo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.

Rubem Alves (2007)

SUMÁRIO

1. Introdução.....	4
2. Finalidades da Educação	7
3. Estrutura Organizacional	11
3.1 Estrutura Administrativa	11
3.2. Estrutura Pedagógica	12
4. Currículo	15
5. Tempo e Espaços Escolares	19
6. Processo de Decisão	19
7. Relações de Trabalho	21
8. Avaliação	25
9. Considerações Finais	27
10. Referencias Bibliográficas.....	4

1- INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Miguel Afonso tem sua sede na Rua Santa Cruz, 50 em Cajuru no município de São João Del- Rei – MG.

A idéia de nuclear as escolas rurais para a sede do distrito e a extensão até o 9º ano surgiu desde 2001, mas não sendo possível sua viabilização devido a uma série de questões.

Depois de muita espera, o projeto torna-se realidade e a Escola inaugurou no dia 01 de março de 2004, sob a direção municipal do Sr. Nivaldo José de Andrade e a frente da Secretaria Municipal de Educação o Sr. Delço José de Oliveira.

Denominou-se Escola Municipal Miguel Afonso, em homenagem a um padre local, o qual dedicou sua vida em função da comunidade, o referido nome foi sugestão da própria comunidade, acelerando aquilo que já era intenção da Secretaria Municipal de Educação. Já existia no local um prédio começado pelo Padre Raimundo Dilermano Afonso com 190 m² e 60 cm.

Este prédio foi reformado e ampliado em 2004 para melhor atender a clientela ficando com uma área construída de 364 m² e 84 cm.

Tal prédio foi cedido à prefeitura pela Assistência Social das Damas Salesianas pertencentes a diocese de São João del-Rei em comodato por um período de 6 anos. A escola atende desde então, no referido prédio, a uma clientela variada oriunda da zona rural do município, iniciando com a Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental.

A partir de 2010 ocorreram ampliações e melhoramentos no espaço físico da Escola como:

- * Construção de quatro salas sendo: uma biblioteca, uma sala de computação, uma secretaria, um cantinho de leitura e um banheiro para os funcionários.
- * Construção de um muro frontal e a colocação de um portão eletrônico visando a melhoria o conforto e segurança dos discentes, docentes⁵ funcionários.

A elaboração do PPP precedeu a formação de uma comissão composta por membros da comunidade escolar: direção, professores, pais, alunos e representantes do setor administrativo da escola constituída com o objetivo de elaborar o projeto da escola com vistas a servir de norte das ações pedagógicas. Foram feitos vários estudos da comunidade escolar interna e externa que ajudou a definir entre outras coisas: o perfil do público atendido, o perfil dos professores, a filosofia e ideias relativas à concepção de escola, educação, e demais aspectos importantes para uma

boa análise, que contribuísse com dados para a elaboração deste Projeto Político Pedagógico.

O projeto político pedagógico se constitui enquanto eixo orientador do trabalho do corpo docente, permeando todos os projetos e ações da escola. É um instrumento de extrema importância para que a escola possa alcançar uma educação de qualidade. Como defende Oliveira (2000) “o PPP ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento”.

Então pensando nesta perspectiva da construção do Projeto Político Pedagógico para o desenvolvimento da escola, precisamos considerar que as ações dentro do ambiente da escola, não se dão do dia para a noite. Os processos são demorados e demandam tempo. A dinâmica escolar é complexa e toda e qualquer ação requer espaço e tempo. Assim não foi diferente com a elaboração do Projeto Pedagógico. Foi um processo longo e assim precisa ser, para que a escola seja pensada e analisada com critérios e profundas reflexões.

Outro aspecto importante é que todos os membros da comunidade escolar foram convidados e incentivados a participar desta elaboração. Nesta construção a família deve garantir sua participação, pois, assim poderá acompanhar o desenvolvimento dos seus filhos e verificar de perto o efetivo resultado das propostas de trabalho. Verificamos um bom envolvimento das famílias neste processo de elaboração do PPP. Como nos adverte AZEVEDO a seguir:

É inegável a importância do projeto pedagógico, particularmente quando o seu processo de elaboração e implementação se p⁶ pelo princípio democrático da participação e, portanto, como um elemento do exercício da gestão escolar democrática se denominado Projeto Político Pedagógico. AZEVEDO (2000)

O grande desafio é que na prática muitas vezes a exigência é demais e somos levados a cobrar e a dar respostas rápidas, soluções imediatas para os problemas cotidianos da escola. Os gestores tentam formalizar as ações democráticas, criando

espaços de reuniões, convidando a comunidade a participar das decisões, mas realizar realmente a democracia na gestão escolar não é muito fácil.

“A gestão democrática das escolas públicas é um avanço a ser perseguido e como todo processo cheio de desafios conforme nos adverte” SILVA (2007):

A construção da gestão democrática exige que aprofundemos, cada vez mais, nossas reflexões e nossos fundamentos sobre a participação, seus significados, suas dimensões e suas características. Como gestor na escola ou no sistema de ensino, você sabe dos grandes desafios que precisam ser enfrentados de modo a viabilizar a participação dos diferentes segmentos na organização da escola processo educacional brasileiro. (Silva 2007)

Na prática a gestão escolar democrática precisa rever seus parâmetros e pensar numa gestão mais participativa. Fazer esta reflexão sobre os processos de decisões no âmbito da escola significa estar disposta a criar oportunidades para que as decisões sejam realmente coletivas. O dia-a-dia escolar é muito dinâmico e no afã de resolver todos os problemas às vezes não se percebe o quanto são solitárias as decisões. O gestor deve questionar o tempo todo se as ações que ele toma são suficientes para aprofundar a participação ou se são apenas pro forma, para dar uma satisfação à comunidade. Sem estas reflexões acerca do processo cotidiano do tomada de decisões fica difícil conseguirmos mudar a realidade posta, que concentra todas as decisões na figura do gestor escolar.

2-FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

Propor uma filosofia para a escola Municipal Miguel Afonso que coadune com a realidade brasileira neste complexo momento nacional é tarefa extremamente, desafiadora merecendo, para tal, muito estudo, discussão, análise e reflexão conjunta.

Temos a considerar que embora o futuro possa nos parecer nebuloso num país onde a educação não é prioritária, configurando, assim, a existência de muitas crianças ainda fora da escola, do alto índice de evasão e repetência, do crescente número de desemprego e dos desvios da força do trabalho infantil gerando a exploração da mão-de-obra do menor e sua conseqüente exclusão da escola, dentre os inúmeros problemas do Brasil, ousamos, coletivamente, pontuar questões que nos obrigam a refletir sobre o tipo de cidadãos e de sociedade que pretendemos formar.

Assim sendo, baseando-se no art.211 da Constituição Federal, no plano Decenal de Educação para Todos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, fica patenteado que, as responsabilidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental recaem, mais incisivamente, sobre a esfera municipal.

Neste contexto, não se dá para tratar de filosofia da educação sem contemplar os sujeitos envolvidos na ação educativa: o sujeito - professor e o sujeito - alunos inseridos como sujeitos históricos na sociedade atual. O sujeito – professor, vemos como profissional que domina e constrói um saber técnico, científico, acadêmico, teórico, prático e que além das investigações feitas em sala de aula e fora dela, deve estar muito bem informado sobre questões culturais, trabalhistas, econômicas e políticas sem perder de vista a sua função como intelectual. Entende-se com intelectual “Alguém dotado de faculdades para representar, organizar e articular mensagens, visões da realidade, atitudes, filosofias e opiniões de, assim como para, um determinado público.”(Said,1994,p.11)

Adotamos o princípio gramsciano do intelectual contra-hegemônico: aquele que se compromete, efetivamente, com as classes e grupos sociais mais desprivilegiados, procurando, através de suas práticas libertadoras, justificar e facilitar sua dominação e opressão visando construir um saber transformador. Em conseqüência, buscando formar um aluno que atenda às exigências sociais do novo milênio. Para tanto, ele deve receber uma formação escolar que o conscientize dos seus direitos e deveres como cidadão, participando da realidade social onde está inserido, comprometendo-se com os valores éticos, morais e culturais, estando assim, permanentemente solidário com o seu próximo e com os destinos do seu grupo social. Também, enfatizamos na formação para a cidadania o desenvolvimento do espírito crítico, questionador e de

sua criatividade, como também, o respeito e o entendimento das questões ligadas ao meio ambiente.

De acordo com Paulo Freire, o homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da sociedade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade para transformá-la.

Nestes termos, ao aluno da rede municipal é dada a oportunidade de interagir seus conhecimentos prévios aos conhecimentos oficiais permitindo-lhe a reconstrução de um saber próprio, alicerçado sempre pela função primordial da escola: aprendizagem do conhecimento científico.

Consideramos como outro ponto fundamental para o desenvolvimento do cidadão-aluno o despertar do senso estético: o gosto pelas artes, a sensibilidade pelo belo, o desabrochar da criatividade.

Nessa perspectiva, compete ao professor da rede municipal assumir seu papel de agente educativo-transformador comprometido técnica e politicamente com o ensino de qualidade, devendo, para tal, participar de todas as oportunidades possíveis de capacitação profissional, fazendo resgate da “autoridade”, aqui entendida como responsabilidade, compromisso.

“De um lado é preciso uma práxis, uma ação sobre o outro, mas para que o ato educativo tenha efeito essa ação deve ser superada pela ação do outro. É a dialética da autoridade e da liberdade. Sem essa dialética não há educação. Toda pedagogia que tentar suprimir um dos pólos da relação, cedo ou tarde fracassará.”(Gadotti,p.101)

A realidade à qual a escola está inserida é muito complexa. Diariamente nos deparamos com desafios. A reflexão da prática docente precisa ser uma constante para que o cotidiano escolar não seja contaminado pelo pessimismo contido em muitas falas, ficando sua eficiência prejudicada. Acreditar que a escola tem um papel primordial no desenvolvimento das sociedades e pensar num fazer pedagógico diferenciado é o caminho para alcançar a melhoria nos processos educacionais de maneira geral. Também é preciso considerar que é através dela que o indivíduo pode vislumbrar a amplitude dos seus direitos, tendo mais condições de brigar por eles e

também ter clareza do seu papel na construção de uma vivência melhor. Como nos diz DOURADO (2009), “é fundamental ressaltar que a educação articula as diferentes dimensões e espaços da vida social sendo, ela própria, elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas.”

Considerando então a educação enquanto direito de todos e dever do estado é necessário refletir a escola de forma ampla e consciente para que através destas reflexões sejam criadas praticas mais eficientes que oportunizem a todos os estudantes melhorar suas condições de acesso ao conhecimento, à cultura, a uma vida com mais qualidade. Afinal a responsabilidade social da educação é muito grande. Como nos diz CURY:

[...] a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais e políticos e para (re)inserção qualificada no mundo profissional do trabalho.(CURY,)

O Projeto Político Pedagógico estruturado é essencial e pode ajudar muito na efetivação de uma escola de qualidade, mas independente dele o cotidiano escolar deve ser rico, cheio de controvérsias, discussões, análises e reflexões, principalmente com muita preocupação com relação às propostas de trabalho que viabilizem o desenvolvimento de todos os alunos.

Sabemos que as desigualdades sociais veem se acumulando no Brasil ao longo da História. O capitalismo brasileiro pela via do estado (de cima para baixo) impõe à sociedade sucessivas políticas econômicas, concentrações de renda gerando consequências como a desigualdade perversa, condenando à miséria milhões de brasileiros.

A partir da década de 1990, diante das transformações e com a difusão tecnológica, alteraram consubstancialmente as relações entre os seres humanos e exacerbaram o quadro de exclusão social. A certeza de que a valorização do indivíduo passa pela sua escolarização e pela oportunidade de obter conhecimento, aumentando assim suas possibilidades, vai ganhar espaço no mundo e vai passar a orientar algumas políticas que vão priorizar a educação e esta ganhará novas

perspectivas no âmbito das políticas públicas de ensino e também no fazer pedagógico diário das escolas.

Pensando neste sentido pode-se afirmar que o grupo docente da escola está envolvido no processo de valorização e elevação da eficiência do ensino que oferecem aos seus alunos. Através dos momentos de estudos proporcionados pelo tempo pedagógico a equipe pedagógica tem se mostrado interessada e focada numa prática mais reflexiva, na preocupação e no interesse de formar pessoas críticas, mostrando aos alunos novas possibilidades de vida, resgatando-os com cidadania para uma visão mais crítica e autônoma da vida e da sociedade ao qual ele está inserido.

Assim elegemos também como objetivos a serem alcançados no trabalho diário, o resgate da auto-estima dos estudantes como item essencial para uma aprendizagem significativa. Proporcionar ao aluno o acesso à cultura, priorizando o seu desenvolvimento cognitivo amplo. Além disto, investir no seu desenvolvimento social, ressaltando aspectos da convivência humana, ajudando-o a adotar atitudes de solidariedade e participação cidadã. Também priorizamos a valorização da história local, a tradição, as experiências e a bagagem cultural e familiar da comunidade escolar. Em suma, pretendemos trabalhar o aluno procurando torná-lo um cidadão autônomo, participativo, responsável, solidário e feliz.

Contudo, é uma tarefa para toda a equipe pedagógica garantir as condições objetivas para o acesso, bem como a permanência dessa criança na escola. Ao lado do princípio de “universalização” tem de ser colocado o da “equidade”, ou seja, a democratização das oportunidades educacionais.

3-ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A Escola Municipal Miguel Afonso, localizada no distrito de São Miguel do Cajuru, município de São João del-Rei, atende alunos da Educação Infantil I e II (4 e 5 anos) e alunos do 1º ao 9º ano de escolaridade do Ensino Fundamental. Conforme Portaria de Autorização de Funcionamento nº- 565/2005.

O órgão responsável por essa Instituição de Ensino é a Secretaria Municipal de Educação de São João del – Rei, MG. Atualmente a escola atende 200 alunos no total, sendo 19 da Educação Infantil e 181 do Ensino Fundamental, nos turnos manhã e tarde.

A escola é dirigida por 01(uma) diretora, 01(uma) vice-diretora e 01(uma) pedagoga e (01) uma orientadora, realizando um trabalho voltado para a realidade dos alunos com o apoio de 01(um) professor da Educação Infantil I e II, 1 (um) professor recuperador, 06 (seis) professores do 1º ao 5º ano (anos iniciais) do Ensino Fundamental, 09(nove) professores do 6º ao 9º ano (anos finais), (02) dois professores recuperadores dos anos finais do Ensino Fundamental, 01(um) professor de Educação Física, 06(seis) auxiliares educacionais, 01(um) auxiliar de biblioteca, 01 (uma) Secretária.

O prédio onde funciona a Escola Miguel é um espaço cedido onde conta com sete salas de aula, uma biblioteca, uma secretaria, um laboratório de informática, uma sala para atender à Direção, Supervisão e Orientação, dois banheiros femininos e um e um mictório para os alunos, um cantinho de leitura, uma cozinha com despensa, um refeitório, dois banheiros para professores e funcionários.

Por ser um prédio adaptado os espaços físicos não atendem a demanda da Escola, pois as salas de aula são minúsculas, não existe sala para os professores, a secretaria não comporta os arquivos existentes, a sala da Direção, Supervisão e Orientação também não atende o espaço necessário para o funcionamento, pois é muito pequena para acomodar os arquivos e funcionários. A cozinha e o refeitório se encontram no mesmo ambiente que além de ser um espaço pequeno tem o teto

rebaixado fazendo com que não haja ventilação necessária, colocando em risco pessoas que trabalham e freqüentam o local.

Enfim, a Escola Padre Miguel necessita urgentemente de melhorias na sua rede física para atender com dignidade seu corpo discente, docente e funcionário, o que sem dúvida refletirá na melhoria do atendimento ao nosso alunado.

3.2. ESTRUTURA PEDAGÓGICA

A Escola atende prioritariamente as crianças na faixa etária correspondente a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental de nove anos.

O compromisso com a educação de qualidade exige o comprometimento efetivo com as classes e grupos menos privilegiados, procurando através de práticas libertadoras construir um saber transformador, que atenda as exigências sociais.

Assim o trabalho deve-se pautar no sentido de formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, participantes da realidade social onde estão inseridos, comprometidos com os valores éticos, morais, culturais solidarizando-se com o próximo e com o destino do seu grupo social.

Enfatizamos a formação para a cidadania, o desenvolvimento do espírito crítico, o respeito e entendimento das questões do meio ambiente e o despertar do senso estético.

Essas expectativas devem ser compartilhadas e discutidas entre os envolvidos no processo educacional vindo a construir-se no detonador chave do projeto coletivo.

A concepção de criança é uma noção historicamente construída 13 conseqüentemente vem mudando ao longo dos tempos.

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio: nas interações que

estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas, com meio que circunda, de acordo com as fases de seu crescimento e desenvolvimento.

A melhoria da qualidade de ensino, o acesso e a permanência do aluno na Educação Infantil e no Ensino Fundamental foram a tônica da nucleação das escolas rurais do distrito de São Miguel do Cajuru para a sede do mesmo. Juntamente, com a criação da Fase dos anos finais do Ensino fundamental tornou-se viável uma escola onde extinguisse o ensino multisseriado e as viagens diárias até a sede de município pelos alunos que estão concluindo o Ensino Fundamental.

Foi uma democratização do acesso à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental com ênfase numa educação de qualidade para todos.

A Escola ministra a educação básica composta de:

I - Educação Infantil

II - Ensino Fundamental Completo (1º ao 9º ano)

A Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos: físico (motor), psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e da comunidade.

A Educação Infantil não tem o objetivo de promoção.

A Educação Infantil deve estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração.

Utilizar diferentes linguagens (corporal, música, plástica, oral e escrita), ajustadas às diferentes intenções e situações de comunidade, de forma a compreender e ser compreendida, expressar suas ideias e sentimentos, necessidades e desejos e ao mesmo tempo avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva.

O Ensino Fundamental, com duração de 09 (nove) anos, abrange a faixa etária ¹⁴ à partir de seis anos, conforme legislação vigente.

O Ensino Fundamental, em por objetivo a formação básica do cidadão, mediando o desenvolvimento de capacidade e aprendizagem, conhecimento, habilidade, atitudes e valores.

Na área cognitiva são objetivos específicos:

- I- Ampliar conhecimentos que sejam úteis nas situações de vida real;
- II- Trabalhar com vistas ao desenvolvimento da capacidade crítica;
- III- Planejar, em conjunto, atividades que facilitem a produtividade e o desenvolvimento dos alunos;
- IV- Avaliar os valores envolvidos nas linhas de ação.

Na área afetiva são objetivos específicos:

- I- Respeitar os colegas;
- II- Tratar com respeito a pessoa humana;
- III- Fazer críticas construtivas ao trabalho do outro;
- IV- Trabalhar em equipe visando a formação de uma comunidade educativa;

- V- Avaliar o próprio conhecimento identificando-o com os objetivos determinados;
- VI- Vivenciar situações de vida democrática;
- VII- Acatar o Regimento desta Escola.

4- CURRÍCULO

A Escola Municipal Miguel Afonso tem a finalidade de socializar, propiciando o desenvolvimento da personalidade da criança e do adolescente.

Na organização das turmas de Educação Infantil, são observadas disposições que favoreçam o processo de ensino/aprendizagem.

O planejamento curricular deverá enfatizar todos os aspectos do desenvolvimento infantil, de modo a promover a aquisição de conhecimentos, hábitos, atitudes e habilidades necessárias à integração e a compreensão das relações sociais e culturais.

No desenvolvimento do currículo são considerados o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, do Ministério da Educação e Cultura, o programa de Educação Pré-escolar da Secretaria de Estado da Educação.

O Currículo do Ensino Fundamental é organizado de acordo com as normas legais vigentes orientado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e devem abranger, obrigatoriamente, os estudos da Língua Portuguesa e Matemática, conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política.

O currículo do Ensino Fundamental terá uma Base Nacional Comum e a Parte Diversificada.

- A parte diversificada tem por objetivo enriquecer e complementar a Base Nacional comum, propiciando á escola a introdução de projetos e atividades do interesse de sua comunidade, como sexualidade, drogas, meio ambiente, autoestima, etc...

E para melhor desenvolver esses trabalhos os professores reúnem com frequência e procuram conhecer os conteúdos trabalhados no ano anterior, os pré-requisitos, planejando as atividades de forma cooperativa, através de trocas ¹⁶ experiências, e de idéias em grupo de estudo.

As matérias e os conteúdos específicos que compõem o currículo de cada ano, bem como as disposições necessárias ao seu relacionamento, estão determinados nas legislações vigentes relacionadas abaixo:

- A cultura Afro-Brasileira e Indígena será desenvolvida através de t transversais dentro do conteúdo de História, Artes, Língua Portuguesa ue acordo com a Lei Federal nº11.645 de 10/03/2008.
- De acordo com a Lei nº 3826 de 03/03/2004, a Educação Patrimonial será desenvolvida nos conteúdos de Geografia, História e Arte, numa proposta multidisciplinar.
- Educação Física: ministrado por professor especializado.
- De acordo com a Lei Municipal nº4.234 de 22/09/2008, o estudo sobre dependência química será desenvolvido através de atividades pedagógicas interdisciplinares nas disciplinas de Língua Portuguesa, Ciências e Arte.
- Educação Ambiental será desenvolvida nos anos iniciais (1º ao 5º ano) como conteúdo da Parte Diversificada e nos anos finais (6º ao 9º) do Ensino Fundamental em atividades interdisciplinares e nas disciplinas de Ciências e Geografia.
- A disciplina de Geometria será ministrada nos anos finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental como Disciplina da Parte Diversificada do Currículo.
- Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e dos Adolescentes serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial em Língua Portuguesa e nas demais disciplinas que compõem a área de Ciências Humanas, atendendo a Resolução SEE n ° 1307, de 27 de março de 2009 e a Lei Municipal nº 4615/2011.
- Conforme a Lei Municipal nº 4.614 de 28/06/2011, será incluído no currículo, o estudo do tema transversal: Noções Gerais de Defesa Civil e Percepção de Riscos.
- De acordo com a Lei Municipal nº 4.618 de 19/06/2011, será desenvolvido de forma transversal, o estudo da Educação no Trânsito.
- Em cumprimento à Lei nº 11.769/08 de 18/08/2011, o ensino da Música será ministrado ao lado das outras manifestações culturais, dentro do conteúdo ⁻¹⁻ Artes. 17

O plano curricular desenvolvido é elaborado e reformulado, quando necessário, pelo pessoal envolvido no processo:

- I- Equipe pedagógica;
- II- Professor.

Um aspecto importante a ser considerado sobre o planejamento curricular é que Independentemente das definições mais amplas acerca do conhecimento a ser trabalhado, só no contato com os alunos a equipe pedagógica poderá conferir mais concretamente as suas decisões.

Os documentos adquirem sentido no contexto de interações que se constrói na sala de aula.

Daí a importância de se discutir coletivamente a forma de abordar os conteúdos, um projeto emancipatório de educação vai exigir acordos a esse respeito entre professores. Propomos que os componentes curriculares sejam trabalhados através de atividades construídas respeitando a faixa etária de cada aluno, como:

- em cuja realização os alunos tenham papel ativo;
- que coloquem os alunos diante de desafios, de situações problemas, de ideias novas, de questões a examinar, de contextos diversos;
- que possibilitem o trabalho interativo: debates, discussões em pequenos grupos, produções coletivas.
- que levem em conta os conhecimentos e competências atuais dos alunos, permitindo que avancem na direção de níveis mais elevados, a partir de ações desenvolvidas com orientação do professor, dos colegas e/ou outros;
- que envolvam aspectos de realidade que exigem esforços de compreensão dos alunos em relação aos mesmos.

A escolha do currículo sempre é uma tarefa bem complexa. Nas últimas décadas temos vivenciado muitas críticas aos currículos escolares e algumas propostas passaram a fazer parte do universo escolar, na tentativa de melhorar a prática educacional. Exemplo disso foi a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, pelo governo federal, que teve como princípio orientar professores chamando a atenção para a necessidade da mudança nos currículos, uma vez que o desenvolvimento da sociedade, colocava como necessário a formação de cidadãos participativos e críticos. A proposta dos PCN's orienta a construção de um currículo básico que tenha transversalidade nos temas e conteúdos trabalhados em sala de

aula pelos professores levando em consideração a necessidade da construção da cidadania.

O currículo precisa refletir a vida cotidiana dos alunos permeando pelos conteúdos básicos necessários ao desenvolvimento cognitivo e intelectual dos mesmos. A construção do conhecimento pode ser proporcionada por um currículo amplo que dialogue com a realidade dos alunos, mas que não se perca e tenha parâmetros científicos que garantirão um desenvolvimento assentado em bases firmes e coesas e que acima de tudo proporcione ao estudante uma reflexão crítica e participativa do meio ao qual ele está inserido.

5-TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR

É observado na organização do tempo escolar o mínimo de 200(duzentos) dias letivos e de 800 horas anuais.

O Ensino Fundamental, na Escola Municipal Miguel Afonso, terá a duração de nove anos, organizando-se em Ciclo de Alfabetização e 4º ao 9º ano de escolaridade.

As classes serão organizadas de acordo com critérios que garantam o atendimento aos alunos no processo de aprendizagem, resguardadas as determinações legais vigentes.

Entende-se por conteúdo específico aqueles que tiverem avaliação própria e/ou carga horária individualizada no plano curricular estabelecido anualmente e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação (SME), e Superintendência Regional de Ensino (SRE) e Colegiado Escolar da escola.

O Calendário Escolar tem por finalidade a previsão dos dias e períodos destinados à realização das atividades curriculares no estabelecimento, conjugando os interesses dos diversos grupos da comunidade escolar.

Na elaboração do Calendário Escolar são observadas as determinações legais.

Consideram-se como dias letivos aqueles em que são, oficialmente, ministradas aulas ou atividades integrantes do currículo, especificadas no Calendário Escolar e em que se registre a frequência dos alunos, independentemente do local onde se realizem.

As aulas previstas no Calendário Escolar podem ser suspensas somente em decorrência de situações imprevistas que justifiquem tal medida, ficando sujeitas à compensação do dia letivo e da carga horária correspondente com comunicação imediata à Secretaria Municipal de Educação.

A enturmação de alunos segue o seguinte critério: Turmas heterogêneas, atendendo alunos de todas as faixas etárias. Os alunos novatos são enturmados com os alunos repetentes, ocorrendo uma melhor integração e socialização através da troca de conhecimentos e respeito mútuo.

A possibilidade de incorporar o tempo integral para o aluno na escola, ainda não está em discussão na escola. Mas é necessário levar em consideração a discussão que tem sido posta já há alguns anos sobre a escola integral. E nesta

perspectiva cabe ressaltar que a escola precisa estar preparada para esta realidade, tão diversa da que temos na maioria das escolas atuais. Conforme CAVALIERE (2007) a instituição precisa ter condições de receber os alunos no tempo integral para que em seu interior ocorram experiências de compartilhamento e reflexão.

Com relação ao planejamento dos professores: o planejamento é naturalmente realizado nos tempos pedagógicos que o professor tem dentro da escola. É feito um horário prevendo que os professores que trabalhem num mesmo ciclo ou numa mesma área de formação se encontrem neste tempo pedagógico, entre si e com a pedagoga para realizar os planejamentos e análises necessárias do processo. O planejamento não é coletivo, mas as trocas de experiências sempre acontecem e é bastante propícia para garantia de um melhor processo de aprendizado.

O tempo pedagógico do professor deve ser respeitado e distribuído de forma a reunir profissionais da mesma área do conhecimento para que estes possam trocar suas experiências enriquecendo desta forma sua prática pedagógica. Também se faz necessário para a garantia do tempo de estudo e preparo das aulas. Este tempo não pode ser utilizado de outra forma, porque neste caso o prejuízo ao planejamento e trabalho do professor pode ser enorme.

Um terço da carga horária do professor dentro da escola deve ser reservado para o planejamento pedagógico. A organização deste tempo fica a critério da pedagoga juntamente com o professor que definirá as ações coletivas e individuais deste momento. Cabe à gestão escolar garantir este tempo na medida em que acredita na sua eficácia e importância para maximizar os resultados a serem alcançados com o alunado.

Como nos adverte SILVA:

Pensar o planejamento em educação na perspectiva da gestão democrática da educação implica em redefinir sua função e sua forma de desenvolvimento e organização, na perspectiva do planejamento participativo.(SILVA 2007)

A organização do tempo pedagógico e sua funcionalidade são de responsabilidade da gestão escolar que juntamente com sua equipe pedagógica deve contribuir para o seu bom funcionamento adequando e direcionando as ações para que juntos busquem a excelência dos processos formativos, avaliativos dos alunos.

6-PROCESSO DE DECISÃO

A Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB (1996), baseada no princípio do direito universal à educação para todos, traz definições significativas que contribuíram muito para novos paradigmas na educação básica. Dentre elas em seu artigo 14 dispõe sobre a gestão democrática do ensino público prevendo a participação dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico da escola, em conselhos escolares, entre outros.

A gestão democrática da educação acontece quando novas mudanças e novos paradigmas passam a estruturar a educação (BORDIGNON, GRACINDO, s/d-2004,p.147). A atuação ativa dos membros da comunidade escolar, participando da organização e deliberando juntamente com o gestor é o caminho para a construção nova gestão.

Administrar uma escola na perspectiva da gestão democrática é um desafio porque durante muito tempo a centralização do poder na figura do diretor prevaleceu em muitas redes de ensino. Faz-se necessário a conscientização da comunidade escolar, da importância do seu papel na organização e nas decisões de cunho pedagógico e financeiro, viabilizando e possibilitando o desenvolvimento da gestão democrática.

O Projeto Político Pedagógico é construído com o coletivo de professores, pedagogos, pais, alunos e direção de forma bastante participativa.

O perfil profissional daqueles que vão dinamizar a proposta pedagógica é que garante ou não o seu êxito.

É importante, até mesmo, imprescindível:

22

- aceitar o Plano Pedagógico como desafio;
- ter disposição para estudar e trabalhar em equipe;
- desejar integrar;
- investir na busca de alternativas de ensino;

- ter clareza do papel de educador como problematizador.
- estabelecer um clima de parceria e comprometimento com o sucesso do aluno;
- estar sempre aberto à reflexão sobre a própria prática, a socialização de seus avanços e dificuldades com a equipe pedagógica, tendo em vista a consolidação de um projeto educativo e coletivo.

A gestão pedagógica deve acontecer de maneira participativa e autônoma com bastante afinidade com a direção da escola. As questões como pauta para reuniões entre outros, na medida da necessidade cotidiana escolar, são definidas juntamente pedagogos e direção, Há uma participação muito importante das pedagogas no dia-a-dia, organizando substituição de professores, quando necessário, fazendo atendimento às famílias dos alunos. Também contribuem com o acompanhamento contínuo do processo de ensino aprendizagem, dando assistência aos professores, instruindo e estando junto nas avaliações sistêmicas entre outros.

Podemos dizer que há mecanismos de participação da comunidade escolar. A escola possui um Conselho Escolar, composto por direção, professores, pais, alunos e funcionários do quadro administrativo. Ainda não é uma instância que decide muita coisa na escola, mas penso que estamos melhorando e criando oportunidades de maior participação na medida em que estamos convocando reuniões com mais frequência e levando vários assuntos para serem decididos nos encontros.

Com relação aos problemas surgidos constantemente no ambiente escolar, podemos dizer que são assim administrados:

- Com relação à metodologia de ensino adotada na escola: A discussão é feita com o grupo de professores que trabalham ou vão trabalhar com um mesmo ciclo de formação juntamente com os pedagogos e aí então é decidido a metodologia de trabalho.
- Com relação ao calendário escolar: o calendário escolar é discutido com a participação de todos os professores, pedagogos, direção e funcionários do quadro administrativo. Primeiramente é apresentado e disponibilizado

para o grupo as orientações vindas da secretaria de educação sobre o calendário do ano seguinte. Aí é aberto para quem quiser propor o calendário. A direção também faz uma proposta de calendário. Depois o grupo se reúne para apresentar as propostas de calendário. E decide qual é mais viável coletivamente. Após escolhido internamente, e feito a escolha do calendário, aí é convocada uma assembleia escolar com toda a comunidade para apresentação do calendário, que ainda pode sofrer alguma alteração se for sugerida por pais ou responsáveis por alunos.

- Com relação aos problemas referentes à disciplina tanto de alunos como de funcionários: são primeiramente resolvidos dentro da própria sala de aula com o professor, que é o que tem contato primeiro com o aluno. Quando a conversa com o professor não está resolvendo a situação, aí é encaminhado à disciplinaria(o) e/ou pedagoga. Estes tem autonomia para chamar a família, dar ocorrência. Quando o caso chega ao pedagogo, é analisada a conduta de aprendizagem deste aluno (se faz as atividades em sala, se faz os para casas, etc.). Se o caso de indisciplina é reincidente aí a direção da escola pode intervir e tomar providências mais sérias, como levar a situação ao conhecimento do conselho tutelar, entre outras.
- Com relação à participação dos pais: são os pedagogos que, mais constantemente, convocam os pais para reuniões, entregas de resultados, ou para falar do aproveitamento e ou disciplina dos filhos. A direção convoca a família quando é uma assembleia, ou para participar de alguma comemoração, ou festa que a escola promova. Quando há apresentações dos alunos, principalmente dos menores, a família comparece mais quando é convidada.

A escola possui ótimos profissionais, engajados, participativos e faz um ²⁴ trabalho promovendo eventos com o apoio da comunidade escolar.

A relação professor-aluno é ser no sentido de ampliar o conhecimento do discente, tendo em vista os fatos e acontecimentos da realidade social.

Concluindo, todo trabalho pedagógico implica transmitir, conscientemente ou não, valores e atitudes relacionados ao ato de conhecer. Por exemplo, o respeito ao pensamento do outro e às opiniões divergentes, a valorização da troca de ideias, a posição reflexiva diante de informações.

O processo de escolha do diretor escolar é feito da forma mais democrática possível. É realizado um processo de escolha onde participam os professores, funcionários do administrativo da escola, alunos acima de 11 anos e pais.

Os recursos financeiros que chegam a escola através de programas do governo Federal e da Prefeitura são devidamente utilizando com participação do Conselho Escolar..

Contamos também com a contribuição espontânea dos pais, onde ocorre uma contribuição mensal, quantia que os pais estipulam o valor a ser doado.

A caixa escolar conta com outros recursos financeiros como: Atividades festivas (festa junina), venda de merenda como assados e saladas de frutas na hora do recreio

7-RELAÇÕES DE TRABALHO

Como defende GONÇALVES E CARMO(2001) “na gestão democrática é importante a presença organizada da sociedade na escola, acompanhando e participando do processo educacional”. É primordial que todos os membros da comunidade escolar saiba a importância do seu papel no desenvolvimento do processo de ensino –aprendizagem dos alunos. Em geral é necessário o trabalho de todos na tarefa de educar.

É necessário criar na escola um ambiente propício para as boas relações interpessoais onde o diálogo seja privilegiado.

As famílias devem estar presentes constantemente na escola e deve ser uma obrigação do gestor criar momentos para que a comunidade participe das atividades e das decisões no âmbito escolar.

Os mecanismos de participação da comunidade escolar precisam ser valorizados garantindo assim a gestão democrática.

A escola possui um Conselho Escolar, composto por direção, professores, pais, alunos e funcionários do quadro administrativo. Ainda não é uma instância que decide muita coisa na escola, mas penso que está dado o primeiro passo criando oportunidades de maior participação na medida em que as reuniões são convocadas com mais frequência e sendo levando vários assuntos para serem decididos nos encontros.

Outro aspecto importante é que os profissionais precisam ter formação continuada e adotar na sua prática a reflexão constante como ponto de partida para as mudanças quando for necessário e ter garantido seu tempo pedagógico, tão importante para o bom funcionamento do processo ensino-aprendizagem.

Com relação aos alunos, ao ingressar na escola, através da ficha de matrícula deve ser anexado uma ficha descritiva sobre a situação do aluno (saúde psicológica física, familiar, etc...) para que esta informação esteja à disposição da d 26 pedagogos e professores e assim facilitar a relação professor/aluno/aprendizagem

Em geral a Escola promove eventos com o apoio da comunidade escolar.

A relação professor-aluno deve ser no sentido de ampliar o conhecimento do discente, tendo em vista os fatos e acontecimentos da realidade social.

Todo trabalho pedagógico implica transmitir, conscientemente ou não, valores e atitudes relacionados ao ato de conhecer. Por exemplo, o respeito ao pensamento do outro e às opiniões divergentes, a valorização da troca de ideias, a posição reflexiva diante de informações.

Os profissionais da escola são avaliados pela secretaria de educação do município. Esta avaliação acontece prevista no plano de carreira do servidor e a periodicidade dela é de dois anos, tendo a escola liberdade para avaliar anualmente ou quando considerar pertinente sua equipe de profissionais. A avaliação prevista no plano de carreira é realizada com todos os servidores efetivos concursados da rede municipal de educação.

Os servidores contratados não fazem a avaliação juntamente com os servidores efetivos. Estes são avaliados pela gestão escolar conforme lhe convier.

Aqueles servidores efetivos que ainda se encontram em estágio probatório, conforme determina a legislação municipal, fazem uma avaliação diferenciada a cada 6 meses de trabalho, contabilizando num prazo de 3 anos, determinado legalmente, um total de 6 avaliações de estágio probatório.

A escola municipal está diretamente sob controle e administração da secretaria de educação do município que a orienta e para a qual, a escola deve entregar as prestações de contas, as propostas pedagógicas entre outros documer necessários e condizentes com o funcionamento escolar.

O clima de trabalho deve ser amistoso criando ambiente satisfatório para a boa convivência, o respeito mútuo e a formação dos valores éticos como amizade, diálogo, responsabilidade, cooperação entre outros.

A gestão democrática precisa ser consciente do seu papel de articulador do processo, das ações e também cooperador, adotando uma postura de cautela mas de bastante responsabilidade para com todos. Toda a equipe deve ter pela gestão o respeito e apresso necessários para um bom relacionamento e boa convivê
respeitando-se reciprocamente.

8-AVALIAÇÃO

A avaliação do aluno far-se-á mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança e do adolescente, sem objetivo de promoção.

A avaliação não terá a finalidade de promover. Ela deve ser contínua, levando em consideração os processos vivenciados pelas crianças, resultado de um trabalho intencional do professor. Deverá se constituir em instrumento para reorganização de objetivos, conteúdos, procedimentos, atividades, e como forma para acompanhar o desenvolvimento de cada criança, colocando-os em prática.

No Ensino Fundamental a avaliação da aprendizagem é compatível com a organização curricular tendo as seguintes características:

- * Contínua e processual.
- * Dinâmica e participativa.
- * Diagnóstica, investigadora e formativa.

Essa avaliação exige clareza dos objetivos a atingir, relações de confiança e respeito mútuo, a existência de efetivo interesse e investimento no desenvolvimento dos alunos.

Cada ação avaliada implicará em decisões sobre a continuidade ou não dos trabalhos: retornar, prosseguir, complementar, agrupar, reagrupar, investir em determinados pontos, etc.

Professores e alunos tendo clareza dos objetivos e dos resultados obtidos nas atividades escolares realizadas, planejando alternativas para suprir as falhas diagnosticadas em relação ao cumprimento dos objetivos.

A avaliação do trabalho escolar precisa especialmente acompanhar o desenvolvimento do aluno e o aperfeiçoamento do ensino-aprendizagem.

A verificação do rendimento escolar fica sob a responsabilidade do corpo docente e supervisor pedagógico.

Na avaliação contínua do trabalho escolar do aluno, observa-se a preponderância dos aspectos qualitativos, possibilitando a verificação:

- I- Da adequação dos currículos e a necessidade de sua reformulação;
- II- Da validade dos recursos didáticos adotados;
- III- Da necessidade de se adotarem medidas de um trabalho diferenciado com os alunos que apresentarem dificuldades no processo ensino-aprendizagem.
- IV- Dos aspectos a serem reformulados no planejamento escolar reorientando novas estratégias para o alcance das habilidades básicas

O processo de avaliação deve medir de preferência a compreensão dos fatos, a percepção de relações, a aplicação de conhecimentos, as habilidades e automatismos adquiridos, evitada a aferição de dados apenas memorizados.

Na avaliação devem participar todas as pessoas diretamente envolvidas no processo ensino-aprendizagem.

Vários instrumentos de avaliação serão utilizados (teste, provas, trabalhos individuais, observações, pesquisas entre outros), devendo o professor selecioná-los de acordo com a natureza da matéria e o tratamento metodológico adotado.

No Ciclo de Alfabetização (1º ao 3º Ano), utiliza-se uma ficha como registro - Ficha de Acompanhamento com descritores no Diário de Classe, no 3º Ano os alunos que não vencerem os objetivos propostos para o Ciclo ficarão retidos, até atingirem os objetivos propostos, conforme determinado no Decreto Municipal 428/2011.

Do 4º(quarto) ao 9º (nono) ano do Ensino Fundamental será adotado o sistema de pontos cumulativos. Onde o somatório dos pontos será bimestral com os seguintes valores:

* 1º bimestre _ 20 pontos

* 2º bimestre _ 20 pontos

* 3º bimestre _ 30 pontos

* 4º bimestre _ 30 pontos

Para promoção do aluno, para o ano seguinte será necessária a obtenção de 60% dos pontos distribuídos.

Quando o aluno não obtiver a pontuação mínima exigida em cada bimestre, será dada uma nova oportunidade, onde o professor paralelamente ao seu trabalho deve rever o conteúdo e aplica novamente outra avaliação do conteúdo.

Podemos prever algumas ações importantes no processo avaliativo:

- Estratégias de Recuperação: Ao final de cada bimestre, o professor faz um recuperação do conteúdo com os alunos retomando o mesmo de maneira diferenciada e no final deste é aplicada uma nova avaliação no valor total do bimestre. O conteúdo é toda a matéria estudada.
- Atendimento diferenciado aos alunos: a escola tem o apoio: de 2 (dois) professores recuperadores que atuam com os alunos do 6º ao 9º ano com dificuldade de aprendizagem. 1 (um) professor atua na área de Matemática e o outro na área de Língua Português. Do 1º ao 5º ano contamos com 1 (um) professor recuperador e com a colaboração do professor eventual.
- Reclassificação de alunos: Os alunos com bom desempenho, que não obtiveram 75% de frequência terão direito à provas de todos os conteúdos e se obtiverem o mínimo de 60% poderão ser posicionados no ano posterior, com todas as provas arquivadas na pasta individual dos alunos.
- Atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais (PNEE): A avaliação do aluno com Necessidades Educacionais Especiais será subsidiada pelas informações contidas em seu relatório e Plano de Desenvolvimento

Individual(PDI). A duração das etapas da Educação Especial não deverá ultrapassar 50% o tempo escolar previsto para o ensino regular.

- Articulação e integração dos profissionais da escola: A escola convoca os professores uma vez por mês para uma prática pedagógica, tendo como objetivo ressaltar as atividades escolares desenvolvidas.
- Participação dos processos decisórios da escola: - Gestão escolar: A direção da escola é responsável pelos processos decisórios da escola, incluindo sua organização, supervisão, direção e controle de todas as atividades no âmbito escolar.
- Forma de comunicação com os pais: O resultado é apresentado aos pais, bimestralmente, através de Boletim para os alunos do 4º ao 9º ano e Ficha de Acompanhamento para o Ciclo de Alfabetização. A escola busca integrar com os pais, também, através de avisos em reuniões, festas e oficinas interativas.
- Processo de integração escola-comunidade: A escola tem como objetivo envolver a comunidade no processo educativo através de palestras, oficinas, gincanas, festas e trabalhos voluntários.
- Avaliação interna e externa: A avaliação acontece em consonância com as avaliações sistêmicas, conforme determinações da Secretaria de Estado da Educação.
- Avaliação de desempenho: Esta avaliação está prevista no Estatuto do Magistério. A escola possui uma comissão que avalia os funcionários sempre com o objetivo de melhorar, através de críticas construtivas, o nosso espaço de trabalho tanto físico quanto pedagógico, podendo assim proporcionar um melhor atendimento aos alunos.

9- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto deverá ser um processo dinâmico que proporcionará mudanças de postura em todo grupo docente. Também será o eixo norteador de todas as ações da equipe escolar. Deverá ser realizada constantemente uma avaliação dos objetivos e metas propostas, porque o processo não pode ser considerado acabado, sendo reconstruído continuamente.

Significa neste momento uma somatória de trabalho compensador numa união de esforços, ideias, críticas, estudos, avaliação, busca de ações que venham contribuir sobremaneira com a melhoria da qualidade da educação na instituição e respaldo para um trabalho sério, crítico e que busque a eficiência acima de tudo.

Também por este importante instrumento de trabalho a equipe se pautará para elaborar e rever, se for o caso, o Regimento Escolar Interno e o Plano de Desenvolvimento da Escola. A excelência dos projetos desenvolvidos deverá ter como base as instruções aqui colocadas e defendidas. O dinamismo do projeto determinará uma reformulação nos procedimentos Político Pedagógico da Escola a serviço de um melhor e mais efetivo funcionamento do todo.

REFERÊNCIAS:

AGUILAR, L. E. A gestão da educação: seu significado a partir de propostas pedagógicas institucionais. Texto apresentado no III Congresso Latino-Americano de Administração da Educação – 21-25 de julho de 1997. Unicamp – São Paulo, Brasil.

DOURADO, Luis Fernandes (Coord.). Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como Política de Estado. ANPEd - Associação Nacional de Pós-graduação em Educação. Rio de Janeiro, 2011.

ARROYO, M. Paixão de aprender. Escola, conhecimento e cidadania. Porto Alegre, 1993.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O projeto político pedagógico no contexto da gestão escolar.

BONDIOLI, A. Dos indicadores às condições do projeto educativo. In: BONDIOLI, A.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Presidência da República. Brasília: Disponível em: . Acesso em: 10 de maio 2013.

CONAE - Conferência Nacional de Educação. - Documento Final 32 Conferência Nacional de Educação: Documento Final da CONAE - LDB anos depois: reinterpretação sob diversos olhares. 2 ed. São Paulo: Cor 2008, p.288-309.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública.

CHAUI, M. H. A universidade pública sob nova perspectiva. Conferência de abertura da ANPED, Poços de Caldas, 2003.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. A qualidade da educação: conceitos e definições.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F. **A qualidade da Educação: Perspectivas e Desafios**. Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009 <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04.pdf> Acesso em 13 de maio de 2013.

CUNHA, MC., org. **Gestão Educacional nos Municípios: entraves e perspectivas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 366 p. ISBN 978-85-232-0586-7. Available from SciELOBooks <http://static.scielo.org/scielobooks/bxqqr/pdf/cunha9788523209025.pdf>; Acesso em 13 de maio de 2013.

GADOTTI, M. Convite à leitura de Paulo Freire. São Paulo: Scipione, 1999.

HELLER, A. Para mudar a vida. São Paulo: Brasiliense, 1982. <http://www.dhnet.org.br/dados/teses/edh/br/pe/teseaida.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2013.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 7.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

MELO, L.F. **REFORMAS EDUCACIONAIS E GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ESTADO DO ACRE: repercussões no trabalho do núcleo gestor da escola**. 2010. 351p. Tese (Doutrado em Educação). Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Disponível em http://www.gestrado.org/images/publicacoes/43/Tese_LuciaMelo.PDF. Acesso em 13 de maio de 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Coleção Lições de Minas. Escola Sagarana: Educação para a vida com dignidade e esperança. v II. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: ago 2001.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Sistema de ação pedagógica - Dicionário do professor: Educação inclusiva. Belo Horizonte: 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2010). Documento Final da Conferência Nacional de Educação. Brasília: Disponível em: . Acesso em: 10 de maio 2013.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.

_____, Antônio Flávio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços.

OLIVEIRA, J. F.; MORAIS, K.; DOURADO, L. F. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação.** Disponível em: [http://www.letraviva.net/arquivos/2012/anexo-1-Gest em: ao-escolar-democratica definicoes,-princípios-e-mecanismos-de-implementacao.pdf](http://www.letraviva.net/arquivos/2012/anexo-1-Gest%20em%20ao%20escolar%20democratica%20definicoes,-princípios-e-mecanismos-de-implementacao.pdf). Acesso em 11 de maio de 2013.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2011-2020): AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS. Dourado, Luiz Fernandes (Org.). Editora UFG; Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011.

Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE – 2011/2020) - PL nº 8.035/2010: PROJETO DE LEI DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE – 2011/2020) - Páginas: 11 a 71. De acordo com a Lei n 3826 de 03 03 2004 <http://iau-comm4.jpl.nasa.gov/plan-eph-data/odyrange2004.html> Acesso em 10 de maio de 2013.

GONÇALVES, J.S.; CARMO, R.S. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão.** Disponível em <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/gestaoescolar.pdf> Acesso em 11 de maio de 2013.

SÃO JOÃO DEL REI. Código De Postura. Estabelece o novo Código de Posturas do Município de São João Del Rei e dá outras providências. São João Del Rei. 1990.

SILVA, A.M.M. **ESCOLA PÚBLICA E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA: possibilidades e limites.** 2000. 222p. Tese (Doutorado em educação) – pós-graduação em educação. Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Decreto Nº 45.403, de 18 de junho de 2010. Regulamenta o critério "turismo" estabelecido na Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios. Diário Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. Disponível em: <http://www.saojoaodelreitransparente.com.br/laws/view/172> acessado em 10 de maio de 2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). Níveis do planejamento educacional. OLIVEIRA, João Ferreira de. A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.

